

CONSTRUÇÃO DO PERFIL SOCIAL E POLÍTICO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

Jennyesle Lima Castro¹;

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/6929081330863150>

Carolina Silva Vale²;

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/1945234789026024>

Felipe Nascimento Vidal³;

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/7179300033594186>

Jennyane Laís Lima Castro⁴;

Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (UNESA), Teresina, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/4276699863569893>

Nádia Alessa Venção de Moura⁵;

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão.

<http://lattes.cnpq.br/5638845572152632>

Lucyola Prudêncio de Moraes dos Reis⁶;

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/6662594989367705>

Maria Clara Lima Briseno⁷;

Faculdade Nove de Julho (UNINOVE), Bauru, São Paulo.

<http://lattes.cnpq.br/7484302200836265>

Vivian Lara Silva Neves⁸.

Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Teresina, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/2646672348159674>

RESUMO: Na enfermagem, a formação requer competências profissionais com novos modos de saber, fazer e ser do enfermeiro, ampliando a capacidade de compreensão do processo saúde-doença como prática socialmente determinada, referenciada nas Diretrizes Curriculares Nacionais e necessárias para implantação de um Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com propostas inovadoras, de forma ativa, nos espaços sociais de saúde. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir a construção do perfil social e político no processo de formação do enfermeiro. A formação social e política do enfermeiro abrange o entendimento das necessidades do ser humano em sua integralidade, orientadas pelo direito à saúde e pela autonomia dos envolvidos. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, de análise do Projeto Pedagógico e ementas das disciplinas do curso de enfermagem de uma Universidade Federal, em busca de temas que aproximam a formação com os aspectos sociais e políticos do enfermeiro. Neste contexto, observaram-se vários termos importantes para essa aproximação. Porém, quando comparado à quantidade de disciplinas que possuem esses temas nas ementas encontrou-se um número pequeno, constatando-se um distanciamento entre a formação social e política do enfermeiro disposta no PPC com o que está proposto nas ementas das disciplinas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde. Enfermagem. Responsabilidade social para saúde.

CONSTRUCTION OF THE SOCIAL AND POLITICAL PROFILE IN THE NURSE TRAINING PROCESS

ABSTRACT: In nursing, training requires professional skills with new ways of knowing, doing and being for nurses, expanding the ability to understand the health-disease process as a socially determined practice, referenced in the National Curricular Guidelines and necessary for the implementation of a Pedagogical Course Project (PPC) with innovative proposals, actively, in social health spaces. Thus, the objective of this work is to discuss the construction of the social and political profile in the nurse training process. The social and political training of nurses encompasses understanding the needs of human beings in their entirety, guided by the right to health and the autonomy of those involved. This is a descriptive study with a qualitative approach, analyzing the Pedagogical Project and syllabi of the disciplines of the nursing course at a Federal University, in search of themes that bring training closer to the social and political aspects of nursing. In this context, several important terms are observed for this approach. However, when compared to the number of subjects that have these themes in their syllabi, a small number was found, revealing a gap between the social and political training of nurses laid out in the PPC and what is proposed in the syllabuses of the subjects.

KEY-WORDS: Health education. Nursing. Social responsibility for health.

INTRODUÇÃO

A democracia atual exige a participação ativa dos profissionais na formulação de políticas de saúde, na gestão compartilhada dos serviços, no controle social e no atendimento biopsicossocial, sendo necessária a formação de profissionais de saúde voltados para enfrentar os problemas contemporâneos emergentes das demandas do cotidiano. Portanto, para uma formação profissional de qualidade é imprescindível o conhecimento da realidade social na qual se está inserido, para desenvolver processos educativos e propor planos de intervenção que vão ao encontro destas demandas.

A epistemologia da saúde apresenta uma historicidade na qual os paradigmas vão se modificando, ancorados em conceitos que, em relação à saúde, percorrem as dimensões do mundo natural, racional e social, no sentido de sistematizar elementos para explicar sua gênese e distribuição desse fenômeno na humanidade, de acordo com a visão de mundo preponderante em cada época (Luz, 1988).

Assim, o significado de saúde e doença, a organização do processo de trabalho e o processo de formação de trabalhadores para a saúde são ressignificados a cada momento histórico da sociedade. No campo da Enfermagem, de modo geral, as modificações atuais têm origem em três movimentos: 1) No campo epistemológico com a ressignificação da concepção de saúde e seus movimentos, como a medicina preventiva e a promoção da saúde; 2) No campo político com a incorporação da saúde como direito do cidadão, que coloca as práticas de saúde e sua organização como objeto de políticas públicas construídas de forma compartilhada e 3) e no campo da formação, com a emergência do enfermeiro como sujeito ativo no mundo do trabalho.

Portanto, em 1996 instituiu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que previa uma reestruturação dos cursos de graduação, com a extinção dos currículos mínimos e a adoção de diretrizes curriculares específicas para cada curso (Ito *et al.*, 2006). No final de 1998 intensificaram-se as discussões quanto aos currículos de enfermagem, mas somente em 2001 se configuraram em Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), as quais foram instituídas pelo Ministério da Educação, através da resolução nº 3, de 7 de novembro de 2001, e contou com a participação direta da comissão de especialista de ensino da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), embasada nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS (Rodrigues, 2005). Nos últimos anos restabeleceu-se as discussões quanto ao currículo de enfermagem com novas proposta e aprovação das novas DCN previstas para 2024.

Nas DCN encontram-se os alicerces da formação. Elas são um produto de um conjunto de forças políticas que, pautadas nos ideais democráticos, propõem novos sentidos e arranjos institucionais para o Brasil, nas quais se inserem mudanças no processo de formação de profissionais. As DCN do curso de Enfermagem ainda é de 2001, mas já estabelece um perfil que vai além de conhecimentos técnicos e científicos ao promover a saúde integral do ser humano, pautados em princípios éticos.

Na enfermagem, este contexto requer competências profissionais que implicam novos modos de saber, fazer e ser do enfermeiro. O desenvolvimento dessas competências possibilita a ampliação da capacidade de leitura da realidade e a compreensão do processo saúde-doença como prática socialmente determinada, referenciada pelas DCN, que possibilitam a implantação de um Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com propostas inovadoras e críticas, de forma ativa e participativa, nos espaços sociais de saúde/cuidado. Nessa perspectiva, são estabelecidas conexões entre formação e trabalho que apresentam alto grau de complexidade, exigindo, para a formação de profissionais, uma educação emancipadora, que favorece a reflexão sobre o cotidiano, o questionamento e a transformação social (Petraglia, 2001).

Portanto, este trabalho tem o **objetivo** de discutir a construção do perfil social e político do enfermeiro no processo de formação de uma Universidade Federal. A formação social e política que se pretende buscar está voltada para os aspectos sociais e políticos do indivíduo, família e comunidade. Abrange o entendimento das necessidades do ser humano em sua integralidade, a capacidade de se constituir sujeito de práticas de saúde orientadas pelo direito à saúde e autonomia dos envolvidos. A Universidade deve inserir o aluno em um contexto social para este entender o processo saúde-doença e intervir, de forma interdisciplinar, crítica e reflexiva, na prevenção e promoção da saúde, proporcionando qualidade de vida, ou seja, uma formação voltada para a cidadania, para o SUS, com seus princípios, diretrizes e política, de forma humana e ética no cuidado de enfermagem.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, realizado através da análise do Projeto Pedagógico do curso de enfermagem de uma Universidade Federal. Projeto este aprovado em 2012, mas é o que atualmente está vigente. Foram analisadas também as ementas das disciplinas do curso em busca de temas que aproximam a formação do enfermeiro com os aspectos sociais e políticos.

A análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Enfermagem foi realizada de modo sistematizado, com leitura exaustiva, utilizando critérios da análise de conteúdo. Nesse processo, determinou-se a unidade de contexto como unidade de análise, pois, segundo Gomes (2007), a unidade de contexto diz respeito à compreensão do contexto da qual faz parte a mensagem que está sendo analisada. Foi realizada leitura flutuante, anotações em fichários, definição dos temas encontrados no documento, leitura exaustiva, interpretação e inferência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o PPC da Instituição de Ensino foi possível extrair informações do curso (carga horária total, disciplinas, créditos, atividades teóricas e práticas) e disciplinas que apresentam aproximações com o objeto do estudo (formação social e política do enfermeiro). A seguir um breve contexto histórico do curso de enfermagem da instituição.

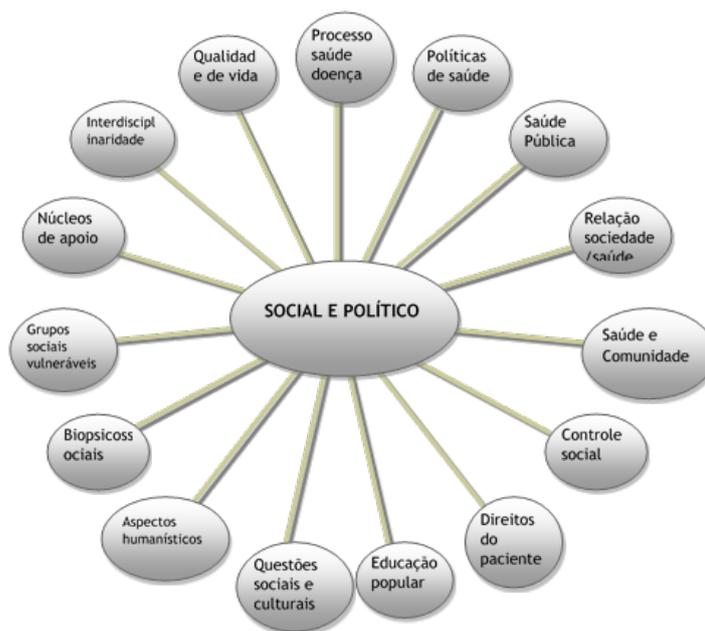
A instituição possui o curso de bacharelado em Enfermagem desde 1973, com autorização para o funcionamento concedida em 1974, mas somente em 1978 foi reconhecido pelo Ministério da Educação, através do Parecer nº 2.137/1978, do Conselho Federal de Educação. A partir de 1994, o curso de Enfermagem reformou seu currículo, extinguiu as habilitações e ampliou o estágio curricular para dois semestres letivos de duração, totalizando 3.600 horas e eliminando o ciclo básico de todos os cursos de graduação. Como decorrência da nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e em atendimento à Portaria nº 1.721/94 do Conselho Federal de Educação, em agosto de 1997 foi implementada a nova proposta curricular, com duração de quatro anos e meio e carga horária total de 3.780 horas-aula (site da instituição, 2012).

Em 2013, a instituição atendia ao disposto na Resolução CNE/CES nº 4, de 06/04/2009, que define a carga horária mínima de 4.000 horas para a graduação em Enfermagem, a ser concluída em um período mínimo de 5 anos. Atualmente, segue com o mesmo PPC, aprovado em 2012, atendendo à resolução com carga horária de 4.245 horas e se encontra em processo de aprovação de um novo Projeto Pedagógico para este ano de 2024.

Comparando-se o PPC do curso de 2007 com o atualmente vigente, de 2012, observou-se que apenas dividiu a disciplina Enfermagem nas Cirurgias e Emergências em duas disciplinas (enfermagem nas cirurgias e enfermagem nas emergências), modificou algumas disciplinas de semestre e acrescentou 4 (quatro) disciplinas optativas (Libras; Relações étnico-raciais, gênero e diversidade; Política Nacional e Atenção Integral em Saúde Mental e Grupo como dispositivo de trabalho na enfermagem). Acrescentou, também o laboratório de Análises Clínicas e 45 horas à carga horária total do curso.

Com a análise do PPC observou-se que a instituição reafirma o compromisso político do curso com as DCN, contribuindo para formar enfermeiros generalistas com competência para cuidar dos seres humanos e buscar o entendimento das Ciências Sociais envolvidas no processo saúde-doença. Observou-se também que houve, em vários tópicos, uma relação da formação do enfermeiro com as diretrizes curriculares, inclusive nos tópicos de perfil do egresso e habilidades/competências. Assim, constatou-se no PPC vários termos que se aproxima com a formação sociopolítica do enfermeiro: enfermeiros responsáveis com o social, educacional, econômico e político; comportamento ético; processo saúde-doença; interdisciplinaridade e transdisciplinaridade; famílias e comunidade; participação em equipe, entre outras. As ementas das disciplinas obrigatórias do curso também possuem vários temas que fazem essa aproximação. A figura 1 descreve os temas que foram encontrados nas ementas das disciplinas:

FIGURA 1: Temas encontrados nas ementas das disciplinas constantes no Projeto Pedagógico do curso de Enfermagem da instituição estudada, em 2012.



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de enfermagem, 2012.

Porém, quando comparado à quantidade de disciplinas que possuem esses temas nas ementas, observou-se um número pequeno, pois apenas quatro (4) disciplinas básicas e nove (09) disciplinas específicas apresentavam algum tema relativo à formação sociopolítica do enfermeiro, com um total de treze (13) disciplinas das trinta e seis (36) que compõem o currículo de enfermagem, excluindo o estágio curricular I e II e as optativas. Consideraram-se disciplinas básicas as que são comuns a outros cursos da área da saúde e disciplinas específicas as específicas do curso de enfermagem. As disciplinas bioética e ética foram consideradas específicas, pois apesar de serem cobrada em outros cursos elas são estudadas dentro de um contexto específico.

Portanto, constatou-se um distanciamento entre a formação social e política do enfermeiro disposta no PPC e o que objetivamente está proposto nas ementas, pois na análise sistemática do projeto observou-se uma preocupação com a formação sociopolítica do enfermeiro, para que ele possa, enquanto profissional, interagir e intervir comprometidamente em todas as situações vivenciadas, incluindo problemas-situações de saúde-doença, junto a indivíduos, famílias e comunidades.

É importante destacar que o Projeto Pedagógico em estudo visa à integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, desenvolvida no cotidiano da graduação, cuja pretensão é que as atividades acadêmicas não devam restringir-se somente ao âmbito universitário, mas retornarem à sociedade, criando sempre possibilidades de conhecimento e intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças propostas ao longo das transformações do currículo do curso de Enfermagem foram relevantes para melhorar a qualidade do ensino, porém, para uma formação social e política, ainda são insuficientes. O processo de graduação em Enfermagem está alicerçado por um Projeto Pedagógico fundamentado nas DCN, que possui conceitos inerentes à formação sociopolítica do enfermeiro. No entanto, após a análise aprofundada das ementas das disciplinas, verificou-se um distanciamento do PPC com as questões sociovalorativas da formação do enfermeiro.

É importante enfatizar que a formação do profissional, voltada para os aspectos social e político, não deverá estar baseada apenas em desenvolvimento de Projetos Pedagógicos ou currículos dotados apenas de fundamentos teóricos propostos pelas DCN, mas, sim, na construção do cotidiano, da prática, das interações entre discentes e docentes, a partir do desenvolvimento de comportamentos, habilidades e atitudes críticas-reflexivas, voltadas para o cuidado efetivo em enfermagem, pois é necessário desenvolver habilidades sociais e ação crítica e ética que possam superar a hegemonia biomédica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001.** Institui Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem. Diário Oficial da união. 09 nov. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa, *et al* (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 79-108.

ITO, Elaine Emi, *et al.* O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade. **Rev Esc Enferm USP**, v. 40, n. 4, p. 570-57, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/zjw65sjGmhkLzvY57cqWWH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2011.

LUZ, Madel Therezinha. **Natural, racional e social: razão médica e racionalidade científica moderna.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.

PETRAGLIA. Izabel. **Olhar sobre o olhar que olha.** Petrópolis: Vozes, 2001.

RODRIGUES, Rosa Maria. **Diretrizes curriculares para a graduação em enfermagem no Brasil: contexto, conteúdo e possibilidades para a formação.** 2005. Tese (Doutorado em educação). Unicamp, Campinas/SP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/335004>. Acesso em: 25 jun. 2024.